REQUERIMENTO N º ,DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Solicita informações ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil acerca do contrato celebrado com a Embratur para a contratação de hospedagem em navios de cruzeiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA).

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações à Casa Civil da Presidência da República acerca do contrato celebrado com a Embratur para a contratação de hospedagem em navios de cruzeiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA).

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- Qual foi a justificativa técnica apresentada para a escolha da Embratur como responsável pela operação de hospedagem flutuante durante a COP30?
- Por que se optou pelo uso de navios de cruzeiro como solução prioritária, em detrimento de meios convencionais







CÂMARA DOS DEPUTADOS

de hospedagem, como hotéis, pousadas e alojamentos locais?

- Houve parecer técnico, análise de custo-benefício ou estudo jurídico que embasasse tal decisão? Em caso afirmativo, encaminhar cópia integral dos documentos.
- Qual foi o modelo de contratação adotado? Houve licitação, chamamento público ou contratação direta?
 Quais empresas foram consultadas ou contratadas?
- A Embratur possui competência legal e capacidade técnica para gerir contratos logísticos dessa envergadura? Houve consulta prévia à AGU sobre a legalidade dessa designação?
- Quais mecanismos de controle e fiscalização estão sendo adotados para assegurar a correta execução do contrato, evitar sobrepreço e prevenir desvios?
- Quais serão os critérios para seleção dos ocupantes dos leitos nos navios? Quem será responsável pela alocação e gestão desses espaços?
- Foi realizado algum estudo de impacto ambiental sobre a operação de navios de grande porte na costa amazônica durante a conferência?
- Existe cláusula contratual que permita revisão, suspensão ou anulação do contrato em caso de irregularidades, má gestão ou ineficiência?

JUSTIFICATIVA

Este requerimento visa obter informações da Casa Civil acerca do contrato celebrado com a Embratur para a contratação de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

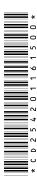
hospedagem em navios de cruzeiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA).

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo federal anunciou a formalização de um contrato com a Embratur para a reserva de mais de 6 mil leitos em navios de cruzeiro. A medida atende à demanda por hospedagem em Belém, para os eventos da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). A Casa Civil da Presidência da República articulou o acordo. O evento ocorre em novembro deste ano. Segundo o governo, o contrato tem valor total de R\$ 263 milhões. Inicialmente, está previsto um gasto estimado em R\$ 30 milhões, destinado à garantia da operação e para a contratação da Embratur. A diferença será paga com a venda de cabines pela operadora selecionada pela agência. O valor a receber é de R\$ 3,7 milhões pelos serviços de modelagem, planejamento, contratação, gestão e supervisão da operação.

A assinatura de contrato no valor de R\$ 263 milhões com a Embratur, para garantir hospedagem flutuante durante a COP30, suscita sérias dúvidas quanto à racionalidade do gasto, à legalidade da operação e à coerência com os princípios de austeridade e sustentabilidade que deveriam nortear um evento internacional desta natureza.

Em um país assolado por carências estruturais nas áreas de saúde, educação e segurança, é inadmissível que recursos dessa magnitude sejam direcionados para soluções emergenciais, temporárias e ambientalmente controversas, sem justificativa técnica ampla e transparente.

A contradição entre o discurso ambiental do governo e a adoção de medidas de forte impacto ecológico em plena Amazônia, especialmente durante uma conferência climática, é flagrante e



https://revistaoeste.com/politica/governo-contrata-leitos-em-navios-por-mais-de-r-260-milhoes-para-cop30/

preocupante.

Diante disso, é dever do Parlamento exercer sua prerrogativa fiscalizadora e exigir os devidos esclarecimentos, em nome da transparência, do interesse público e da responsabilidade com o erário.

Sala da Sessão, em de de 2025.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo



